

CONCILIAÇÃO VERSUS RADICALIZAÇÃO: O SORPE E AS DEMAIS ORGANIZAÇÕES CATÓLICAS PRESENTES NA ZONA CANAVIEIRA DE PERNAMBUCO POR VOLTA DE 1963

Samuel Carvalheira de Maupeou¹

Resumo:

Partindo das reflexões e dos conceitos propostos por alguns autores da História Social inglesa e ainda pelos sociólogos Pierre Bourdieu e Norbert Elias, este artigo pretende abordar as principais organizações católicas atuantes no meio rural do estado de Pernambuco por volta do ano de 1963. Isto se deve, em parte, à comemoração dos 50 anos das grandes mobilizações e greves ocorridas neste ano, que resultaram no Acordo do Campo e na definição da Tabela de Tarefas, sob a gestão do governador Miguel Arraes. Por outro lado, deve-se, igualmente, à relevância que assumiu a atuação de algumas organizações católicas presentes no campo no início dos anos 1960. Além dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STRs) e das Ligas Camponesas, de ação bem mais combativa em favor dos trabalhadores, essas organizações, a exemplo do Movimento de Educação de Base (MEB), da Juventude Agrária Católica/Animação dos Cristãos no Meio Rural (JAC/ACR) e do Serviço de Orientação Rural de Pernambuco (SORPE), também contribuíram fortemente para dinamizar o meio social e político da região. Parte-se, portanto, do pressuposto de que a sua atuação constituiu um dos importantes elementos catalisadores da efervescência social e política presente naquele momento. Seja numa perspectiva mais moderada e até mesmo conservadora, favorável à manutenção da ordem social estabelecida (foi o caso do SORPE), seja numa perspectiva mais voltada para a aceitação da mobilização e da organização coletiva dos trabalhadores (foi o caso da JAC e do MEB), as práticas que desenvolveram e os discursos que produziram não foram, de modo algum, irrelevantes e também influenciaram na projeção dos principais atores sociais (os trabalhadores rurais) na cena política regional.

Palavras-chave: 1963; SORPE; organizações católicas; meio rural de Pernambuco

Este artigo tem por objetivo discutir a atuação das principais organizações católicas presentes na Zona Canavieira do estado de Pernambuco no início dos anos 1960. O interesse de sua publicação se deu em decorrência da participação na *5ª Oficina das Sociedades Açucareiras: abordagens e perspectivas*, organizada pelo grupo de estudos Trabalho e Ambiente na História das Sociedades Açucareiras, no Departamento de História da Universidade Federal de Pernambuco. A mesma ocorreu em 22/11/2013 e teve por tema os 50 anos das mobilizações e conquistas trabalhistas ocorridas no meio rural de Pernambuco, no ano de 1963.

¹ Professor no Departamento de História da Universidade Estadual do Ceará.

O texto se compõe de três partes principais. Inicialmente, pretende-se abordar algumas das referências teóricas utilizadas e seus respectivos autores, bem como a contribuição que deram para a definição da perspectiva de análise adotada para a escrita do texto. Em seguida, serão analisadas as organizações católicas presentes no meio rural de Pernambuco, sobretudo na Zona Canavieira, sua atuação no início da década de 1960 e o discurso que proferiam a respeito de suas práticas. Por fim, será enfatizada a perspectiva de atuação sindical proposta pela Igreja que acabou por prevalecer no meio rural do estado e estabelecer as diretrizes do movimento ao longo dos anos 1960 e parte dos anos 1970.

De uma maneira geral, parte-se do pressuposto de que estas organizações ligadas à Igreja Católica também participaram dos debates em torno da mobilização dos trabalhadores rurais desta localidade nos movimentados anos 1960. Seja numa perspectiva mais conciliadora com os proprietários de terra, donos de usina e governantes, seja propondo uma ruptura mais radical com a ordem social estabelecida, elas contribuíram enquanto atores sociais para dinamizar o cenário político regional. Fizeram isto propondo projetos voltados aos trabalhadores rurais e, ao mesmo tempo, opondo-se às tendências contrárias dentro da própria Igreja, assim como às demais forças políticas no meio rural. Numa ou noutra perspectiva, a sua atuação não deixou de ter certa relevância histórica e constitui, portanto, um importante objeto de estudo.

Trabalhadores rurais: suas formas de mobilização e atuação

Este artigo se insere, em grande medida, na linha de pesquisa desenvolvida pela História Social a partir do início da década de 1960. Para tanto, toma-se por base, inicialmente, as principais obras de alguns historiadores ingleses (Edward Thompson, Eric Hobsbawm, Christopher Hill e Georges Rudé²), além de mais dois autores com trabalhos reconhecidos neste campo de análise (José Sérgio Leite Lopes e John

² THOMPSON, Edward. **A formação da classe operária inglesa**. vol 1. A árvore da liberdade. Trad. Denise Bottmann. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p. 9-15; Idem. **Costumes em comum**. Trad. Rosaura Eichemberg. São Paulo: Companhia das Letras, 1998; HOBBSAWM, Eric. **Bandidos**. Trad. Donaldson Magalhães Garschagen. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1976; Idem. **Mundos do Trabalho**: novos estudos sobre história operária. 5. ed. Trad. Waldea Barcelos e Sandra Bedran. São Paulo: Paz e Terra, 2008; Idem. **Rebeldes primitivos**: estudos de formas arcaicas de movimentos sociais nos séculos XIX e XX. 2. ed. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1978; Idem. **Trabalhadores**: estudos sobre a história do operariado. Trad. de Marina Leão Teixeira Viriato de Medeiros. São Paulo: Paz e Terra, 2000; HILL, Christopher. **O mundo de ponta-cabeça**: idéias radicais durante a revolução de 1640. Trad. Renato Janine Ribeiro. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p. 29-35; RUDÉ, Georges. **A multidão na História**: estudos dos movimentos populares na França e Inglaterra. Trad. Waltensir Silva. Rio de Janeiro: Campus, 1991.

French³). Em seguida, algumas noções dos sociólogos Norbert Elias e Pierre Bourdieu complementarão o instrumental teórico adotado para o entendimento das práticas e relações estabelecidas entre os diversos atores que compõem o espaço social, sendo este concebido como um campo de conflitos e de disputas entre eles.⁴

Entre as obras utilizadas, destaca-se a de Edward Thompson. A sua abordagem em *A formação da classe operária inglesa* (1963) é bastante enriquecedora para a perspectiva que se propõe desenvolver aqui, na medida em que, em linhas gerais, ele não percebe o social enquanto um dado previamente estabelecido, mas como algo em permanente mudança e construção: “um processo ativo”⁵. Neste sentido, torna-se fundamental estudar as práticas desempenhadas nesse âmbito social e o modo como as mesmas acabam por ajudar a construí-lo, cotidianamente, através das experiências e da ação coletiva.

O objeto que se pretende analisar aqui – as formas de mobilização e organização dos trabalhadores rurais no início dos anos 1960 – não existe, portanto, *a priori* nem do mesmo modo em qualquer momento do recorte temporal que se elegeu. Ele passa a ser desenhado e a assumir uma “figuração” histórica específica, como diria o sociólogo Norbert Elias⁶, à medida que vai colocando em prática as suas ações de articulação, mobilização e efetivação das suas formas de resistência. Ele só existe enquanto tal se for levada em conta, no processo de análise, a sua atuação no espaço social e a sua interação com os demais atores desse mesmo espaço.

Sob a mesma ótica, objetiva-se apreender os trabalhadores rurais da Zona Canavieira de Pernambuco e as suas diferentes modalidades de resistência ao modelo hegemônico que lhe é imposto: a agroindústria canavieira. Com efeito, a sua existência não é algo estanque e inato, que transpassa o decorrer do tempo histórico. Consiste, sobremaneira, em algo mutável, plural e multidimensional, que é percebido num dado momento específico e que é detentor de uma configuração singular.

³ LOPES, José Sérgio Leite. **A tecelagem dos conflitos de classe na “cidade das chaminés”**. São Paulo: Marco Zero, 1988; Idem. **Cultura e identidade operária: aspectos da cultura da classe trabalhadora**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1987; FRENCH, John. **Afogados em Leis: a CLT e a cultura política dos trabalhadores brasileiros**. Trad. Paulo Fontes. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2001; Idem. **O ABC dos operários: conflitos e alianças de classe em São Paulo (1900-1950)**. São Paulo: Hucitec, 1995.

⁴ BOURDIEU, Pierre Bourdieu. **O poder simbólico**. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

⁵ THOMPSON, Edward. **A formação da classe operária inglesa**. Op. cit., p. 9.

⁶ ELIAS, Norbert. **A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte**. Trad. Pedro Süsskind. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

Esta abordagem pode ser acrescida ainda de uma referência à História Social de orientação francesa, através da obra do historiador Natan Wachtel, em *La vision des vaincus* (1971).⁷ A sua abordagem também fundamenta este artigo na definição do seu referencial teórico. O autor propõe, de imediato, a reversão da perspectiva euro-centrista (entendida aqui como o olhar dominante) e a adoção de outro olhar sobre os acontecimentos estudados. Segundo ele, deve-se passar para “o outro lado da cena e escrutar a história ao contrário”⁸. Neste sentido, seria assumida, então, não mais a visão dos vencedores, mas a dos vencidos. Isto levaria o pesquisador a assumir uma nova postura metodológica e também de análise das fontes. Estas duas questões conduzem-no, portanto, a um permanente esforço de prudência e de revisão da metodologia adotada.

A perspectiva deste autor reforça o ângulo de percepção que se almeja desenvolver aqui. Os trabalhadores rurais e parte das suas organizações são concebidos como sendo movimentos de resistência, a um só tempo, ao latifúndio, ao seu modelo de agricultura baseado na monocultura da cana e, principalmente, ao processo de expulsão e marginalização social que lhes é imposto. O que se procura estudar é, portanto, a sua prática, isto é, por que meios esses movimentos tomaram corpo e mobilizaram os seus integrantes, despertando a atenção, em certa medida, de parte da sociedade (imprensa, organizações de apoio, órgãos do governo etc.).

Sindicalização rural e forças católicas presentes no campo

O início dos anos 1960 foi um momento da história de Pernambuco e de parte do Nordeste (a Zona Canavieira) em que o debate político se concentrou em torno da questão da sindicalização rural. A efervescência política desta região se fazia sentir já desde meados da década de 1950, quando se deu um processo de ascensão de forças políticas democráticas e de movimentos sociais, no campo e na cidade.⁹

Em âmbito nacional, vivia-se o período da democracia populista e do nacional-desenvolvimentismo, em que o Estado procurava equilibrar um modelo de expansão

⁷ Ainda não traduzida em português. Corresponderia, em tradução livre, a A visão dos vencidos.

⁸ WACHTEL, Nathan. **La vision des vaincus**: les indiens du Pérou devant la Conquête Espagnole (1530-1570). Paris : Gallimard, 1971. p. 22.

⁹ JACCOUD, Luciana de Barros. **Movimentos sociais e crise política em Pernambuco 1955-1968**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco: Editora Massangana, 1990. p. 13-20; ARAÚJO, Maria Lia Corrêa de. “A transcrição no plano político ideológico”. In: PESSOA, Dirceu (coord.). **Política fundiária no Nordeste**: caminhos e descaminhos. Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, 1990. p. 59-80; SOARES, José Arlindo. **A Frente do Recife e o governo de Arraes**: nacionalismo em crise – 1955/1964. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

econômica baseado na grande burguesia industrial e no capital estrangeiro com uma relativa participação da massa crescente de trabalhadores urbanos e rurais. Os presidentes Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros e João Goulart foram, sucessivamente, importantes nomes dessa política desenvolvimentista aliada à participação das camadas trabalhadoras.

O populismo assumia, assim, um perfil duplo. Por um lado, representava uma forma de governar característica do período de 1945 a 1964, que se expressava pela democratização do Estado e das relações políticas e sociais. Por outro, definia-se também como uma política de massas, em que as demandas populares eram administradas através da manipulação. Desta maneira, os governos populistas, ao mesmo tempo em que mantinham uma estrutura autoritária de controle da atuação dos trabalhadores, também procuravam integrá-los dando uma relativa abertura as suas reivindicações. As camadas populares ocupavam, portanto, certo espaço no desenvolvimento econômico nacional e nas instâncias políticas de representação e reivindicação.

Sendo assim, embora representasse uma manutenção da dominação do Estado e dos grupos sociais mais influentes, o populismo tornou possível a inserção dos trabalhadores na política nacional. Isto lhes permitiu uma ampliação das suas formas de organização, uma intensificação de seus movimentos de reivindicação e, conseqüentemente, a obtenção de conquistas democráticas e de melhores condições de trabalho.

A ascensão do presidente João Goulart à presidência do país representou uma intensificação dessa participação popular na política nacional. Desde então, constituiu-se um sistema de governo caracterizado pelo nacional-reformismo. Neste, procurava-se aliar, cada vez mais, o desenvolvimento econômico promovido pelo grande capital privado a propostas de transformação social. O crescimento da pressão popular e o acirramento dos ânimos levou, portanto, a um agravamento das tensões sociais, colocando em xeque o populismo como política de conciliação. O governo Goulart assumiu, cada vez mais, um caráter reformista, com medidas favoráveis aos trabalhadores rurais e à reforma agrária.

Este período da história nacional representou, então, um momento de relativa democratização da sociedade, que favoreceu a organização das camadas trabalhadoras, seja na cidade seja no campo. A complexificação das relações econômicas e da divisão

social do trabalho ocasionou um crescimento da participação e do engajamento políticos dessas camadas. O populismo assumia um perfil cada vez mais voltado para a afirmação das forças políticas de esquerda e das camadas populares e trabalhadoras. O engajamento dessas se dava por meio de associações de bairro, sindicatos, cooperativas e partidos políticos. Não foi por acaso que houve um crescimento significativo do número de sindicatos de empregados e de seus associados entre 1950 e 1965.

Este processo de democratização não foi diferente no que diz respeito ao estado de Pernambuco e, especificamente, aos trabalhadores rurais da Zona Canavieira. Estes também foram favorecidos por um contexto político mais sensível as suas demandas políticas e sociais e mais tolerante com as suas formas de organização e de mobilização. Neste momento, emergiram lideranças variadas e mudava a conjuntura política do estado, pois houve um relativo avanço das conquistas democráticas, da organização dos trabalhadores e da defesa de seus direitos. Tratava-se, então, de um contexto de emergência, de afirmação social e política dos trabalhadores.¹⁰

No âmbito local, havia chegado ao poder a Frente do Recife, uma coligação de forças políticas de esquerda que elegeu para a Prefeitura do Recife inicialmente Cid Sampaio, em 1955, e, em 1958, Miguel Arraes. Em 1962, a coligação elegeu novamente Miguel Arraes, agora ao governo do Estado de Pernambuco, e teve a sua participação política interrompida cerca de dois anos mais tarde, com a deflagração do Golpe Militar de 1964.

Esse cenário não dizia respeito apenas ao setor urbano da sociedade, mas incluía também, sobretudo localmente, o meio rural. A partir de meados da década de 1950, este assumiu um lugar de destaque no debate político de então. Nele, diversas foram as forças que disputavam espaço no apoio aos trabalhadores por melhores condições de vida e de trabalho. Estavam presentes não somente forças políticas de esquerda, mas também organizações ligadas à Igreja Católica.

Desde meados dos anos 1950, emergiram, portanto, importantes movimentos de organização dos trabalhadores rurais e urbanos em Pernambuco. Mais especificamente no campo, surgiram as Ligas Camponesas lideradas por Francisco Julião, que reivindicavam, sobretudo, o direito à terra, opondo-se radicalmente ao processo de expropriação e expulsão dos trabalhadores. Já no início dos anos 1960, os sindicatos

¹⁰ JACCOUD, Luciana de Barros. **Movimentos sociais e crise política em Pernambuco 1955-1968**. Op. cit., p. 23-26; SOARES, José Arlindo. **A Frente do Recife e o governo de Arraes**. Op. cit.

rurais, fortemente apoiados pelo Estado, foram progressivamente substituindo as Ligas. A chamada sindicalização rural foi fortemente subvencionada pelo Governo Federal em razão do temor que passou a surgir nos políticos e nas elites latifundiárias.¹¹

Além das Ligas e dos sindicatos rurais, estavam presentes também na Zona Canavieira do estado o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e a Igreja. Embora oponentes, ambos atuavam segundo modelos semelhantes. O PCB enfatizava a aliança operário-camponesa e, vislumbrando a formação de uma aliança democrática, previa certo apoio da burguesia industrial nacional e até mesmo de alguns setores latifundiários. Esta proposta estava prevista nas resoluções do IV Congresso do PCB, realizado em 1954, e se apoiava na atuação da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB). A Igreja, por sua vez, inspirava-se na encíclica papal *Populorum Progressio*, que pregava a promoção dos trabalhadores, rurais e urbanos, e a sua inserção, segundo valores cristãos, no desenvolvimento econômico nacional.

De uma maneira geral, respeitando-se as suas respectivas particularidades, as duas lógicas primavam pela organização dos trabalhadores rurais assalariados e pelo respeito à legalidade estabelecida com base na Constituição de 1946 e nas leis trabalhistas então em vigor (a CLT). Previam, ainda, a inserção dos trabalhadores no desenvolvimento econômico nacional em curso e não a ruptura com a ordem social estabelecida, como o faziam as Ligas Camponesas.¹²

SORPE: sindicalização rural conforme a democracia cristã

Umas das principais forças católicas que emergiram no estado foi o Serviço de Orientação Rural de Pernambuco (SORPE). Este foi criado em 1961, ao término de um encontro de sacerdotes ocorrido no município de Jaboatão do Guararapes e reunindo diversos padres, entre eles o Padre Antônio Melo Costa e o Padre Paulo Crespo, seu coordenador estadual. A organização surgiu com base no Plano de Emergência traçado pela CNBB, a pedido do papa João XXIII, e tinha por objetivo principal conduzir o esforço de sindicalização rural, cooperativismo e educação de base, então em curso

¹¹ PEREIRA, Anthony. O declínio das Ligas Camponesas e a ascensão dos sindicatos: as organizações de trabalhadores rurais em Pernambuco na Segunda República, 1955-1963. **Clio**. Revista de Pesquisa Histórica. Programa de Pós-Graduação em História/Universidade Federal de Pernambuco, Recife: Ed. Universitária da UFPE, n. 26-2, p. 245-272, 2009.

¹² Ibid.; ARAÚJO, Maria Lia Corrêa de. “A transcrição no plano político ideológico”. Op. cit.

segundo o modelo da *Populorum Progressio* e sua doutrina social Cristã.¹³ Isto foi declarado no *Ato Constitutivo* emitido pelo SORPE no dia mesmo da sua criação:

Artigo1º – O Serviço de Orientação Rural de Pernambuco (SORPE) é uma entidade educativa e assistencial, criada em Assembléia Geral de 5 de agosto de 1961, que se propõe estabelecer uma estrutura agrária / mais humana e mais cristã, pelo sindicalismo, pelo cooperativismo e por outras formas de atividade, inclusive educação de base.¹⁴

A organização se definia, portanto, como uma proposta mais justa e mais cristã de solução dos problemas fundiários do meio rural. Deste modo, ela desconsiderava as demais forças, omitindo dos seus propósitos qualquer tipo de colaboração com elas, que então já eram bastante atuantes neste cenário (Ligas, PCB e STRs). Com isto, não pretendia se afirmar como a entidade conceptora ou pioneira do sindicalismo em curso, mas como sendo a sua vertente mais límpida e fiel aos valores da Igreja Católica. Ademais, associava a esta auto-representação a imagem da ação pedagógica, do caráter assistencial e do cooperativismo, ou seja, desvinculando-a de qualquer motivação política ou mesmo embate entre forças conflitantes.

Tal concepção estava igualmente presente num texto elaborado pelo SORPE relatando as suas origens, o seu funcionamento e a sua ação no meio rural do Nordeste e, sobretudo, do estado de Pernambuco: “O objetivo principal era coordenar os trabalhos de pessoas voluntárias ou semi-voluntárias que quisessem no Estado de Pernambuco, ajudar a autopromoção dos trabalhadores rurais através do sindicalismo, cooperativismo e educação de base.”¹⁵ Entende-se por isto que ele não tinha outra finalidade senão ajudar os trabalhadores rurais a se organizarem. Estes últimos seriam, portanto, os únicos beneficiados da ajuda que se lhes oferecia. Não se percebe nisto, a princípio, nenhuma forma de orientação política e religiosa, como se a solução proposta não se colocasse em oposição a outras formas de atuação política no meio rural.

Entretanto, é preciso ir além do discurso produzido pelo próprio SORPE no momento mesmo em que se davam os acontecimento e perceber que o mesmo não estava dissociado de um projeto político que norteava a sua inserção num meio rural então bastante dinâmico e conflituoso. Esta orientação política aparece de maneira mais perceptível nos documentos produzidos posteriormente ao Golpe de 1964. Neste

¹³ ALVES, Márcio Moreira. **O Cristo do Povo**. Rio de Janeiro: Sabiá, 1968. p. 73,74, 89 e 90; SORPE. Documento emitido pela organização sobre as suas origens e seu funcionamento, sem título. Recife, 21 de setembro de 1965, p. 1.

¹⁴ SORPE. **Serviço de Orientação Rural de Pernambuco**. Ato Constitutivo. Aprovado em 5 de agosto de 1961.

¹⁵ SORPE. Documento emitido pela organização sobre as suas origens e seu funcionamento, sem título. Op. cit., p. 1.

momento, os seus principais adversários no meio rural já tinham sido banidos e a sua atuação se encontrava devidamente assegurada pelos governantes.

Isto é perceptível já nos poucos meses que sucederam ao Golpe de 1964, quando a organização publicou um manifesto no qual se posicionava favoravelmente ao que chamou de Revolução de 1964:

O desemprego, a fome, a miséria podem ser sementes de insatisfação, agitação, inquietude e de revolta contra a Revolução que, no caso, pareceria não ter vindo para o povo, mas contra ele, que começava a ter melhores salários, mais comida em sua mesa.¹⁶;

O documento, assinado pelos padres Paulo Crespo e Antônio Melo, não excluía os benefícios obtidos no período anterior (governo João Goulart), mas ressaltava a necessidade de se conter estes acontecimentos graves, com a finalidade de assegurar os reais interesses do que chamou a “causa da Revolução Democrática de 31 de março”¹⁷. Portanto, além da defesa da justiça e dos verdadeiros valores cristãos, o SORPE respaldava, com estes argumentos, a necessidade de sua intervenção no meio rural como forma de garantir a paz e o desenvolvimento no campo. Estariam, assim, garantidos os propósitos democráticos da dita “Revolução” de março de 1964.

Para tanto, previa-se um verdadeiro esforço coletivo, em que os diversos setores da sociedade estivessem envolvidos, contando com ampla participação do SORPE:

Esse nosso MANIFESTO quer ser uma colaboração patriótica à causa da Revolução, certo de que sem Justiça não haverá um clima de prosperidade e de paz. Estamos esperançosos na decidida atuação das forças Armadas, do Governo do Estado, do Sindicato da Indústria do Açúcar no Estado de Pernambuco, da Sociedade Auxiliadora da Agricultura de Pernambuco, da Associação dos Fornecedores de Cana de Pernambuco, do Sindicato dos Empregados na Lavoura de Cana de Pernambuco, da Cooperativa dos Usineiros de Pernambuco e do Banco do Brasil.¹⁸

A perspectiva anunciada era uníssona, já que previa o estabelecimento de um esforço coletivo em que todos os atores sociais lutariam por interesses comuns, independentemente das camadas sociais a que pertencessem. Nesse âmbito, a colaboração do SORPE se daria em função de três propostas: 1) direitos trabalhistas: jornada completa de trabalho, repouso remunerado, férias, respeito à tabela de produção e aos acordos firmados; 2) financiamento às empresas açucareiras, para garantir a safra e os empregos; 3) revisão salarial para os trabalhadores rurais. Além da mobilização dos trabalhadores para a criação de sindicatos e de cooperativas, atuaria, portanto, na

¹⁶ SORPE. Padre Paulo Crespo e Padre Antônio Melo Costa. **Manifesto ao povo e às autoridades públicas**. Recife, 23 de julho de 1964.

¹⁷ Ibid.

¹⁸ Ibid.

reivindicação desses três pontos específicos. Pontos estes que assegurariam o desenvolvimento econômico e a manutenção da paz social, evitando-se o enfrentamento.

Pouco mais de dois anos após o golpe, ao relatar como percebia o contexto existente anteriormente no meio rural de Pernambuco, o SORPE, mais uma vez, demonstrava a orientação política que adotava e a oposição que representava a outras forças atuantes nesse meio: “As Ligas Camponesas proliferaram assustadoramente. Politicóides, sem senso social nenhum, procuravam explorar êste novo fato social, para vantagens próprias e não para solucionar o problema do camponês sofredor.”¹⁹ Face a esta ameaça de oportunismo e de manipulação política, ele surgia como um solução salvadora e fiel aos interesses dos trabalhadores: “Diante desta situação, nós abrimos os olhos, nós da Igreja, nós padres, e vimos que o povo do campo estava completamente abandonado, presa fácil de uma pregação agitacionista que não tinha nenhuma possibilidade de resolver o problema.”²⁰

Esta concorrência declarada com as Ligas, já foi objeto de discussão desde o primeiro encontro em que foi criado o SORPE. Entre as estratégias discutidas para atuar no meio rural, foram apontadas três opções: a criação de obras assistencialistas, de “ligas camponesas que se opusessem às já existentes”²¹ ou de sindicatos rurais. A terceira delas saiu vitoriosa, mas permanecia presente a perspectiva de se fazer frente às Ligas, então em forte expansão no meio rural.

Ao se referir ao método desenvolvido junto aos trabalhadores rurais, a organização reafirmava a autenticidade dos seus propósitos. Sendo assim, partindo de um estudo prévio da realidade social, procurava apontar possíveis soluções para os problemas encontrados. Essas soluções estariam apoiadas num esforço de conscientização sobre a importância de se organizar em sindicatos e cooperativas constituídos em torno de seus líderes, “autênticos camponeses”, que estariam aptos a reivindicar os seus “legítimos direitos”.²² Os padres reunidos em torno do SORPE se legitimavam como sendo os verdadeiros defensores dos interesses políticos dos

¹⁹ SORPE. **Pequeno resumo do movimento sindical rural em Pernambuco**. Recife, 31 de maio de 1966, p. 1.

²⁰ Ibid., p. 1.

²¹ Ibid., p. 2.

²² SORPE. Documento emitido pela organização sobre as suas origens e seu funcionamento, sem título. Op. cit., p. 3.

trabalhadores. Eles permitiam, a uma só vez, que se libertassem da exploração em que viviam e do risco de manipulação política por outros grupos tidos como agitadores.

Um outro elemento relevante das pretensões políticas do SORPE veio à tona quando ele assumiu a sua relação direta com o sindicalismo americano:

O SORPE tem um convênio com a Liga de Cooperativas Americanas (The Cooperative League of USA – CLUSA), com a finalidade de fomentar, fundar e assessorar cooperativas mistas de trabalhadores, como fortalecimento do movimento sindical rural.²³

Os EUA, através da Aliança para o Progresso, tinha todo o interesse em fomentar o sindicalismo cristão promovido pela Igreja Católica. A sua atuação assegurava a aplicação da Doutrina Social da Igreja, garantindo assim a harmonização e a pacificação da sociedade rural. Com isto, evitava-se a ameaça das Ligas e dos comunistas e se mantinham os trabalhadores rurais sob controle.²⁴

No ano de 1962, houve uma importante expansão do movimento sindical de inspiração cristã, sobretudo após o Congresso de Trabalhadores Rurais do Norte e Nordeste do Brasil, realizado no mês de maio. Neste, o Ministro do Trabalho Franco Montoro reconheceu os novos sindicatos rurais.²⁵

No que diz respeito especificamente ao ano de 1963, o SORPE se referiu à intensificação das mobilizações dos sindicatos rurais da zona canavieira, mas enfatizou a ameaça crescente de outros grupos comunistas:

De fato, havíamos feito um acordo para que o 13º Mês fosse pago até o dia 28 de fevereiro, senão haveria greve. Os comunistas porém foram mais espertos e decretaram greve antes do prazo. Era o que eu temia e disso adverti as autoridades e patrões, mas foi tudo em vão. Daí em diante, os sindicatos que levantaram a greve do 13º Mês com a liderança agressiva dos comunistas tomaram prestígio diante da massa. Nós ficamos em posição inferior por culpa única dos patrões que, apesar de já terem recebido empréstimo do Banco do Brasil para pagar o 13º Mês, até aquela data não haviam pago aos seus trabalhadores. Começava aí a luta surda das várias lideranças do campo. O partido comunista com suas várias frentes (PCB – PC do B – Trostquistas – Ligas Camponesas) bafejadas pela (sic) autoridades e pelo jornal “Última Hora”, contra o movimento democrata iniciado pela Igreja.²⁶

Neste contexto de intensa mobilização dos trabalhadores rurais no ano de 1963, o SORPE reafirmou o seu papel de destaque na conciliação entre os interesses dos patrões e dos assalariados da cana de açúcar e a ameaça de que era vítima frente à

²³ Ibid., p. 4.

²⁴ MARIN, Richard. **Dom Hélder Câmara, les puissants et les pauvres: pour une histoire de l’Église des pauvres dans le Nordeste brésilien (1955-1985)**. Paris: Les Éditions de l’Atelier/Les Éditions Ouvrières, 1995. p. 94-98.

²⁵ SORPE. **Pequeno resumo do movimento sindical rural em Pernambuco**. Op. cit., p. 2 e 3.

²⁶ Ibid., p. 3.

concorrência desleal dos comunistas. Estes eram vistos como oportunistas e agitadores que tinham por objetivo não a defesa dos interesses dos trabalhadores, mas a tomada dos sindicatos liderados pelo movimento democrata cristão.

No de 1965, percebe-se que o foco de participação do SORPE já havia mudado bastante. A organização se encontrava, então, cada vez mais envolvida no assessoramento dos STRs e federações do que propriamente em sua criação e legalização. Isto não alterou a perspectiva de sua atuação e de sua orientação política. Defendia ainda a necessidade de uma melhoria na condição de vida dos trabalhadores rurais a fim de assegurar o desenvolvimento econômico da região e a manutenção da paz social.

Deste modo, o trabalho do SORPE estava fundamentado na defesa declarada dos ideais da Ditadura Militar instalada em março de 1964. Entretanto, respaldava esta atuação política em propósitos sociais e econômicos, refutando qualquer tipo de participação ou motivação política. A mesma não mencionava em seu discurso (senão para lhes fazer uma forte oposição) as demais organizações até então presentes no meio rural e desarticuladas pelo Regime Militar. Esta produção de uma discurso aparentemente apolítico permitia ao mesmo manter uma certa legitimidade e tornar o seu trabalho aceito no contexto político de então.

A postura do SORPE revela, portanto, uma concepção conciliadora e reformista de sua atuação no meio rural, sobretudo no norte da Zona Canavieira. Previa a inspiração nos valores cristãos (contrariamente ao comunismo e ao socialismo), a necessidade de um desenvolvimento econômico – preservando-se a estrutura social e sua divisão em classes bem definidas – e a convergência dos diversos setores socioeconômicos da região em favor desse mesmo desenvolvimento e, conseqüentemente, o impedimento de qualquer tipo de sublevação social. Por fim, legitimava ainda todo tipo de apoio econômico de cunho assistencial que se inserisse nesse mesmo esforço desenvolvimentista, conciliador e pacífico. Não se condenava, então, o capitalismo, mas se procurava humanizá-lo a partir de um esforço coletivo e de conciliação social.

JAC e ACR: da sindicalização rural à conscientização política

Outra força católica presente no meio rural de Pernambuco neste período era a Juventude Agrária Católica (JAC). A sua origem no meio rural remonta a um período anterior ao surgimento do SORPE. Já no final dos anos 1940 e início dos anos 1950, é

criada a Ação Católica Rural e dentro desta a Juventude Agrária Católica, com o objetivo de fazer frente à crescente carência de padres e às dificuldades socioeconômicas vividas no meio rural, sobretudo no Nordeste. Em sua versão feminina, a mesma se concretizou por volta de 1954, destinando-se principalmente à instrução e à formação profissional e religiosa de jovens. A partir do final dos anos 1950 e início dos 1960, passou a orientar também os jovens, mais especificamente seminaristas e padres atuando em dioceses rurais.²⁷ Já no início dos anos 1960, o movimento passou a ser misto e, aos poucos, foi assumindo uma maior consciência crítica e um maior engajamento político.

Em 1959, momento de transição importante, a JAC definia a sua atuação com base em dois eixos principais:

A) As maiores preocupações da JAC do Brasil são:

1. dar aos jovens *uma formação dentro da vida*. Para atingir a isso ela se esforça desde o início. Porque o meio rural brasileiro ainda é cristão, ainda acredita em Deus, na Igreja, nos padres, mas isso não basta. [...]
2. *União de todos os jovens rurais* – Nenhum problema da Juventude Campesina pode ser estranho à JAC. Ela deseja sinceramente UNIR todos os jovens rurais do Brasil, mostrando-lhes que sua vida tem valor, que pertencem a uma classe rural espalhada pelo mundo inteiro e com imensas capacidades de realização, se for organizada.²⁸

Percebe-se, portanto, o destaque que era dado à formação religiosa, à evangelização segundo a doutrina cristã católica e à participação dos trabalhadores rurais em organizações de classe. O segundo eixo se converteria mais tarde (em 1961/1962), sobretudo a partir do trabalho do SORPE, no esforço de sindicalização e cooperativismo. Este trabalho, embora aparentemente de cunho religioso e humanitário, sem pretensões político-partidárias, não se concebia sem mencionar o risco iminente de perda de sua influência sobre essa camada social: “Desde o início, a JAC tenta fazer esse trabalho e sabe que, se falhar, se não der aos jovens rurais a resposta cristã que esperam, outros, em seu lugar, agitarão a massa e, então, a Igreja terá perdido a Juventude Campesina.”²⁹

Construía-se em seu discurso, já neste momento inicial, a concepção de um trabalho autêntico e feito legitimamente em prol dos trabalhadores rurais, sem os oportunos interesses e a manipulação atribuídos às demais forças políticas presentes no campo.

²⁷ SECRETARIADO NACIONAL DA JAC. **A JAC no Brasil**. Rio de Janeiro, 1959, p. 3-13.

²⁸ Ibid., p. 14 e 16.

²⁹ Ibid., p. 16.

Tal discurso, proferido desde então, tendeu a se fortalecer com a constituição, apoiada pelos bispos regionais, do SORPE a partir de 1961. Este último representou uma tentativa de reunir os esforços de setores da Igreja local em torno do combate ao perigo da influência de outras forças políticas concorrentes e, para tanto, intensificou o trabalho de formação de lideranças e de fundação de STRs.

Como será analisado mais adiante, esse modelo de ingerência da Igreja na questão rural regional, sobretudo na Zona Canavieira de Pernambuco, acabou prevalecendo em relação tanto às outras organizações católicas rurais (JAC, MEB e ACR) quanto às demais forças (Ligas e PCB). De certa forma, tornou-se o modelo vitorioso (para não dizer hegemônico) de atuação no campo, que definiu os rumos da sindicalização rural e de sua Federação (FETAPE), ao menos durante boa parte do período da Ditadura Militar.

No início dos anos 1960, a JAC ainda apoiava esse modelo e concebia a participação dos trabalhadores rurais sob o ponto de vista do cooperativismo e da sindicalização rural. Fazia-o em moldes semelhantes ao SORPE, aliando-se ao mesmo no esforço da evangelização no meio rural e de formação de sindicatos e de seus líderes. No Programa concebido pela JAC Nacional, em 1961, o movimento ressaltava a importância dos trabalhadores rurais e de sua atividade laboral para a manutenção da estabilidade política e da harmonia social:

O agricultor pela sua profissão é igual aos outros. Todas as profissões são iguais e necessárias. Uma profissão completa a outra.

O industrial precisa do agricultor e o agricultor precisa do industrial.

É preciso que dentro de um clima de fraternidade nós construamos a comunidade humana, dando-lhe o que comer. Todas as profissões são dignas e nobres, contanto que ajudem a construir um mundo mais justo humano e cristão. Unidos ao Cristo, e aos nossos irmãos progredimos no amor e no conhecimento de nossa profissão. Precisamos ser agricultores aptos e competentes para colaborar e saciar a fome dos homens do nosso século.³⁰

Ressaltava-se, portanto, o aspecto da complementaridade, em que setores social e economicamente distintos estariam reunidos para compor a coletividade. Harmoniosamente associados, estes setores necessitavam uns dos outros, como se não tivessem interesses opostos. A comunidade humana era, portanto, construída num âmbito de fraternidade e não de competição, levando conseqüentemente à constituição de um mundo justo e cristão.

³⁰ SECRETARIADO NACIONAL DA JAC. **Novos Caminhos para a juventude rural**. Rio de Janeiro, 1961, p. 37. Programa da JAC Nacional.

Desta forma, reforçavam-se, mais uma vez, os valores da democracia cristã oriundos da *Populorum Progressio*, do papa João XXIII. Não estavam presentes nestas afirmações as demais forças políticas presentes no meio rural. A representação que então se fazia deste era a de um lugar pacífico, em que bastava a conjunção dos esforços para que se alcançasse o desenvolvimento socioeconômico e a concretização dos ideais cristãos.

Neste período, a JAC já se inseria no propósito de evangelização, educação e sindicalização rural. Reiterava a importância da formação de lideranças no meio rural e da fundação de sindicatos. Os seus objetivos estavam, portanto, ainda bastante vinculados aos do SORPE e a sua orientação político-religiosa. Isto pode ser observado nos seus permanentes cursos de formação de militantes e líderes sindicais³¹ e também na própria referência que o SORPE fazia, em seu Planejamento Diretor de 1962, à eficácia do método da Ação Católica e, particularmente, da JAC. Ao se referir à educação de base:

O jovem por natureza deseja viver em grupo. Aproveitamos esta sua psicologia para dar-lhes uma formação cristã autêntica, aberta para o meio, visando torná-lo mais humano e conseguimos isso com o método da Ação Católica, lembrado explicitamente pelo papa João XXIII. Achamos mesmo que é uma das vigas mestras e essenciais, do movimento rural cristão. Necessitamos de autênticos cristãos para o meio rural, o que só conseguiremos com a Ação Católica, no caso a J.A.C. (Juventude Agrária Católica).

Temos tido várias experiências nas quais constatamos a eficácia do método da J.A.C. no meio rural, como veículo de formação de autênticos militantes e como promoção cristã do meio rural. Não queremos aqui condenar as tradicionais associações paroquiais, nem a Legião de Maria que tem seu trabalho específico; quero apenas salientar que dentro de seu meio o método da J.A.C. tem se mostrado excelente. Queremos formar autênticos cristãos, que saibam se conduzir sem necessitar do nosso paternalismo e dar uma resposta corajosa a cada problema que surge.³²

Percebe-se, então, a importante participação da JAC na implantação do projeto do SORPE de afirmação de um movimento rural cristão autêntico, refutando qualquer

³¹ SORPE. **Curso de Formação de Militantes Jacistas**. Assunto: Responsabilidade do Cristão. Expositor: Padre Paulo Crespo. s.d. Cursos de formação da JAC-PE: JAC. **Formação de militantes jacistas**. Tema: O que é a JAC. Expositora: Inácia Abílio de Lima. s.d.; Idem. **Líder-conceito, tipos, identificação**. 1961; Idem. **Como trabalhar com outras pessoas**. 1961; Idem. **Curso Intensivo para líderes sindicais**. O homem e a comunidade. Recife, 10 a 16 de setembro de 1961; Idem. **Curso Intensivo para líderes sindicais**. Líderes. Recife, 10 a 16 de setembro de 1961; Idem. **Como organizar um grupo**. Recife, setembro de 1961; Idem. **Como preparar uma reunião**. Recife, setembro de 1961; Idem. **Algumas idéias de como levar um grupo a pensar na sua comunidade**. s.d.; Idem. **Curso Intensivo para líderes sindicais**. Reforma Agrária. Recife, 10 a 16 de setembro de 1961; Idem. **Providência Social**. s.d.

³² SORPE. **Planejamento Diretor**. Recife, 1962, p. 3.

influência política das Ligas e do PCB. Não se deve esquecer que este trabalho de formação cristã compunha o tripé da sindicalização rural sorpiana (sindicalização rural, cooperativismo e educação de base). Em grande medida, esta ação pedagógica de cunho democrático-cristão previa a formação de lideranças rurais segundo os seus princípios político-religiosos: “A fundação dos sindicatos, conforme nossa organização, pressupõe a formação de autênticos líderes camponeses, pois é um sindicalismo de base e não de cúpula.”³³ Esse sindicalismo autêntico era concebido como o legítimo, aquele formado pela “base”, pelo povo do meio rural, e supostamente imune a qualquer ingerência política. Provisoriamente assistido pela Igreja regional, o mesmo deveria tão logo tornar-se autônomo e assumir a liderança do movimento.

Com o declínio progressivo das Ligas Camponesas e o crescimento dos STRS em 1963³⁴, a JAC asseverava a importância de se expandir, associando-se cada vez mais à dinâmica existente no meio rural do Nordeste e mais especificamente de Pernambuco e de sua Zona Canavieira. Com isto, reafirmava os valores em que estava fundamentada, assim como o objetivo da sua intervenção no meio rural, ainda bastante vinculado à orientação política do SORPE:

Existem no Nordeste milhões de jovens que moram no meio rural. Quantos estamos atingindo? Estamos atingindo um número bastante pequeno, e no entanto, somos responsáveis por todos. Não existe no meio rural um outro movimento organizado, para jovens. E o que nós observamos é que todos nesta hora, estão voltados para o homem do campo (sindicatos, ligas, Sudene, Supra etc.) E como nós sabemos esta região do Nordeste é a mais visada por estes elementos. Se não tomarmos a frente e procurarmos dar uma resposta a essa gente, outros virão e em vez de uma evangelização, levarão a juventude e o homem do campo ao desespero. Vamos ver, então, esse lado bem importante da Jac como movimento missionário.³⁵

Havia ainda nesta afirmação uma forte influência da concepção sindical da democracia cristã do Padre Paulo Crespo, em que o posicionamento contrário à atuação das Ligas Camponesas e a afirmação de uma permanente ameaça de expansão do comunismo e das demais forças políticas de esquerda estavam bastante presentes. No discurso construído então, procurava-se associar, diretamente, a necessidade premente de expansão do movimento de Ação Católica Rural e da JAC no meio rural ao imperativo de se rechaçar as demais influências políticas, tidas como nefastas.

³³ Ibid., p. 3.

³⁴ PEREIRA, Anthony. O declínio das Ligas Camponesas e a ascensão dos sindicatos. Op. Cit.

³⁵ SECRETARIADO REGIONAL DA JAC. **Expansão missionária do movimento**. Recife, 1963, p. 1. Documento da JAC Regional sobre a necessidade de expansão, maior financiamento e formação de novos(as) assistentes regionais do movimento.

Entretanto, já no ano de 1963, era perceptível uma certa dificuldade de relacionamento entre a JAC e as demais organizações, sobretudo o SORPE: “As organizações, às vezes absorvem o trabalho do movimento. Não reconhecem a autonomia e os direitos do movimento.”³⁶ Essa dificuldade não envolvia questões doutrinárias nem tampouco de ordem política ou religiosa, mas, sobretudo, assuntos de ordem prática. A JAC sentia-se então com pouca liberdade de atuação e subordinada aos interesses das demais organizações, que passavam a desrespeitar a sua autonomia e liberdade decisória. Embora tal declaração não constituísse ainda uma ruptura formal, ao reivindicar publicamente uma maior autonomia institucional nas suas decisões, a organização passava a exigir um posicionamento próprio. Isto lhe daria, então, uma maior liberdade de manifestar ou não uma discordância quanto aos métodos adotados.

No ano de 1964, a JAC passou por uma mudança importante na sua concepção de atuação junto aos trabalhadores rurais. Começou a ter uma preocupação maior, não só com o engajamento em cooperativas, sindicatos e outras organizações ligadas à Igreja (SORPE e MEB), mas também com a participação política dos seus membros. É o que afirmou em seu programa para o ano 1964/1965, ao se referir ao seu objetivo principal: “Fazer com que todos os jovens e as comunidades rurais, a partir da realidade atual, assumam seu trabalho e profissão para uma participação autêntica nas organizações de classe, bem como na política.”³⁷

Entretanto, no seu discurso ainda aparecia a concepção de um engajamento e de uma participação política autêntica/legítima. Entenda-se por isto uma participação mais orientada para o estabelecimento de um “espírito comunitário” e para a construção de um meio rural “mais humano e cristão”³⁸. Esta orientação previa, portanto, a exclusividade da intervenção da Igreja no campo, o que se refletia numa classificação das demais organizações políticas, não católicas (leia-se as Ligas e o PCB), presentes neste mesmo meio como aproveitadoras e manipuladoras: “grupos políticos, com interesses próprios”³⁹. O principal risco apontado por ela em seu trabalho era: “O surgir

³⁶ SECRETARIADO REGIONAL DA JAC. **Ação representativa do movimento**. Recife, 1963, p. 1. Documento da JAC Regional sobre o seu relacionamento com as demais organizações presentes no meio rural.

³⁷ SECRETARIADO NACIONAL DA JAC. *Construamos um mundo rural novo*. Programa de JAC ano 64/65. Rio de Janeiro, 1964, p. 2. Programa da JAC Nacional. Grifos no original.

³⁸ *Ibid.*, p. 2.

³⁹ *Ibid.*, p. 19.

de sindicatos, sem os agricultores poderem assumir com preparação. Assim os grupos, com interesse próprio, ficam liderando.”⁴⁰

Os militantes jacistas deveriam dar as suas atividades “um sentido educativo e cristão” e, portanto, portar-se como “autênticos missionários no meio”⁴¹. Fazendo isto, esses militantes exerciam o papel de “um fermento no meio”⁴². Com efeito, contribuíam para a difusão dos princípios religiosos e da orientação política que a fundamentava.

Isto é perceptível até o ano de 1965, quando, já sob forte influência da Animação dos Cristãos no Meio Rural (ACR) e do seu assistente regional, o padre francês Joseph Servat, veio a ruptura entre a JAC e o SORPE.⁴³ Um primeiro passo foi dado no início do ano, quando a JAC de Pernambuco declarava, em seu relatório parcial (maio de 1965), uma maior identificação com o trabalho do MEB. No que se refere aos encontros feitos até então com organismos do meio rural, ela relatava:

Por duas vezes, se encontraram JAC e Sindicato Rural. Tal oportunidade nos fez e esclarecer os objetivos de cada um, e estudar em seguida as possibilidades de um trabalho em equipe a serviço do meio rural. Dentro de breves dias haverá um novo encontro desta vez com o MEB cuja finalidade não difere da acima citada.⁴⁴

No que tange à relação com os sindicatos, a JAC visava, não só a uma aproximação com o MEB, mas ao estabelecimento de uma equipe com o mesmo. Com efeito, o encontro acima referido se deu a partir do mês de junho e constou no relatório final do ano de 1965. Neste, reafirmava-se a concretização de uma parceria com o MEB nos diálogos travados com os STRs: “[...] houve ainda os contatos com organizações MEB e sindicato para um plano de ajuda mútua no meio rural.”⁴⁵ Vale lembrar que neste momento o MEB já havia rompido oficialmente com o SORPE. Embora a JAC ainda recebesse algum financiamento proveniente deste último⁴⁶, ao fazer tal afirmação, ela definia o seu método como sendo mais próximo do trabalho desenvolvido pelo MEB, a ponto de visualizar uma parceria com o mesmo.

⁴⁰ Ibid., p. 21.

⁴¹ Ibid., p. 6.

⁴² Ibid., p. 16.

⁴³ Entrevista do Padre Joseph Servat com o autor, em 29 de junho, 17 e 18 de julho de 2010.

⁴⁴ SECRETARIADO ESTADUAL DA JAC. **Informe sobre a situação e andamento dos trabalhos da JAC**. Recife, 1965, p.1. Relatório sobre o trabalho da JAC em Pernambuco apresentado ao Núncio Apostólico.

⁴⁵ Idem. **Relatório de jac ou informe sobre a situação dos trabalhadores da JAC no Estado de Pe**. Recife, 1965, p. 2. Relatório dos trabalhos da JAC de Pernambuco em 1965, redigido pela sua responsável estadual, Eridante Paiva.

⁴⁶ Ibid., p. 2.

Um segundo momento da ruptura foi uma publicação conjunta com a ACR, que passou então a desenvolver as suas atividades no Estado a partir da chegada à região de Joseph Servat. Em *Meio rural nordestino* (1966), ao analisar a manutenção do que chamaram “a velha estrutura colonial” na Zona Canavieira, afirmavam a ameaça como sendo um de seus principais aspectos, inclusive com a participação da Igreja: “Criou-se uma psicologia do medo. As palavras: ‘comunista’, ‘subversivo’, ‘agitador’, – repetidas infelizmente, até nos meios eclesiásticos – são de um efeito extraordinário.”⁴⁷ Havia nesta afirmação uma ruptura mais radical da ACR/JAC com o modelo de sindicalização do SORPE, que se baseava na exclusão dos demais atores políticos, através do seu discurso baseado no exclusivismo e na autenticidade.

Isto se confirmou em outra passagem do documento, quando ambas se referem ao MEB (e não ao SORPE) como sendo o detentor da “instrução que seja uma verdadeira promoção”⁴⁸. A partir de então, a JAC passou por um processo de radicalização de sua atuação no meio rural e começou a priorizar a conscientização política de seus membros e a perspectiva de mudança e transformação social.

A perspectiva mais crítica e mais radical da JAC, que rompe definitivamente com a orientação político-religiosa defendida pelo SORPE, deu-se por volta de 1967. Neste momento, o processo de sindicalização na Zona Canavieira já estava praticamente consolidado, sob forte influência do SORPE, e passava a ter cada vez mais lideranças próprias. O SORPE, embora ainda bastante atuante, migrava progressivamente para a atividade de assessoria às lideranças sindicais e às federações regionais. Neste contexto, a JAC ganhou uma maior autonomia, desvinculando-se do esforço inicial de formação religiosa para fins de sindicalização rural.

O seu discurso assumiu então um caráter mais crítico da realidade social vivida e propunha a sua transformação:

O assumir do tempo supõe uma busca da realidade, suas características e perspectivas. A iniciativa de participação nas lutas do momento histórico, condicionada por uma interpretação renovada dos fatos e pela tentativa de uma visão mais lúcida dos destinos humanos, é a expressão do homem que se engajou.⁴⁹

⁴⁷ SECRETARIADO REGIONAL DA JAC E ACR. **Meio rural nordestino**. Recife, 1966, p. 3. Texto sobre o trabalho da Ação Católica Rural (ACR, depois chamada Animação dos Cristãos no Meio Rural) iniciado em Pernambuco e associado ao trabalho anterior da JAC, em vias de transformação.

⁴⁸ Ibid., p. 3.

⁴⁹ Idem. **Engajamento**. Recife, 18 de julho de 1967, p. 1. Texto da JAC Regional sobre o engajamento cristão na realidade social e política.

Uma percepção mais crítica da realidade estaria, portanto, atrelada a uma participação efetiva nas lutas visando à transformação social. Esta perspectiva mais crítica da atuação na sociedade ia além da questão política e se dirigia igualmente à prática evangelizadora da Igreja:

Nas suas estruturas atuais a comunidade cristã tem oferecido poucas condições para atingir as suas finalidades próprias. É difícil se saber entre as comunidades cristãs de hoje, aquelas que não manifestam a dicotomia Vida – Fé e que não tendem a um novo triunfalismo cristão.⁵⁰

Houve, neste momento, uma ruptura com a orientação evangelizadora característica da época da sindicalização rural. Não se concebia mais uma intervenção exclusivista e supostamente legítima e autêntica de intervenção dos movimentos da Igreja no meio rural, mas muito mais uma visão crítica e transformadora da situação vivida: “Vivemos, atualmente, um processo de transformação bastante original que se caracteriza, entre outras, pela atitude racional e científica diante da realidade, pela luta de libertação dos povos, etc.”⁵¹

Por volta de 1968, a JAC praticamente se dissolveu e deu origem ao Movimento de Evangelização Rural (MER) que, apesar da sua denominação, rompia com a perspectiva de catequização e formação religiosa e se voltava para uma crítica social mais contundente.

MEB: ruptura com o SORPE e radicalização política

Além da JAC e da ACR, havia ainda o MEB. Entre as forças católicas do meio rural aqui analisadas, este movimento constitui, juntamente com a JAC, a expressão mais radical da atuação de leigos ligados à Igreja. Inicialmente, esteve bastante vinculado ao esforço de Ação Católica oriundo da segunda metade da década de 1950. Entretanto, a partir de 1962, quando se intensificam as lutas pela sindicalização no meio rural, o mesmo assumiu um posicionamento político bem mais radical. Passou da defesa de uma sindicalização aos moldes do SORPE para uma defesa de libertação integral do homem, sobretudo do homem rural. Esta perspectiva rompia com a proposta do SORPE e se afirmava no debate político existente então.⁵²

O Movimento de Educação de Base surgiu em 1961, a partir do esforço da CNBB, em parceria com o Governo Federal (Governo João Goulart), para o

⁵⁰ Ibid., 2.

⁵¹ Ibid., 2.

⁵² FÁVERO, Osmar. **Uma pedagogia da participação popular: análise da prática educativa do MEB – Movimento de Educação de Base (1961/1966)**. Campinas: Autores Associados, 2006. p. 53-82; ALVES, Márcio Moreira. **O Cristo do Povo**. Op. Cit., p. 70 e 71.

estabelecimento de um sistema de educação básica pelo rádio. Tal experiência havia sido iniciada nas arquidioceses de Natal e Aracaju e assumiu, desde então, uma projeção nacional, passando a ser veiculada através da rede de emissoras católicas e financiada com recursos obtidos do Ministério da Educação.⁵³ Constituiu-se, portanto, como um movimento de Igreja conduzido pela CNBB e apoiada numa colaboração do “laicato com a hierarquia”. Surgiu com o objetivo de atender, prioritariamente, às áreas mais isoladas e subdesenvolvidas do país: Norte, Nordeste e Centro-Oeste.⁵⁴ Com efeito, este projeto da Igreja se inseria igualmente no propósito da democracia cristã, em que a instituição visava a aumentar sua inserção nos meios sociais mais desassistidos, aumentando sua zona de influência e impedindo, assim, o avanço comunista.

Assim como o SORPE, o MEB surgiu dentro do esforço da CNBB para o estabelecimento de um Plano de Emergência em três setores principais: sindicalização, cooperativismo e educação de Base. A princípio, a sua atuação se limitou a este último objetivo e só veio a participar do esforço de sindicalização e cooperativismo a partir de 1962, justamente o ano em que acabou rompendo com o SORPE, por divergências políticas.⁵⁵

Diferentemente do SORPE, a sua participação no meio rural teve uma abrangência muito maior e uma perspectiva de atuação bastante distinta politicamente. Sem esconder a sua motivação religiosa, definia o seu objetivo principal:

Cooperar na formação integral de adultos e adolescentes das áreas em desenvolvimento do país, fornecer elementos para que o homem tome consciência de sua dignidade de criatura humana, feita a imagem e semelhança de Deus, desperte para seus próprios problemas, busque soluções comunitárias para uma mudança de situação, tenha critérios para julgar as mudanças que se processam, transformando-se em agente no processo de criação cultural.⁵⁶

Não idealizava, portanto, a conciliação entre diferentes setores socioeconômicos e muito menos a manutenção da estrutura social existente a partir da conservação da paz social: “Não é o MEB que causa conflitos, mas é a própria estrutura social brasileira que é injusta.”⁵⁷ Atribuía-se essa estrutura injusta aos valores da “sociedade capitalista” e aos ressentimentos “das classes latifundiárias, da burguesia industrial e das classes

⁵³ ALVES, Márcio Moreira. **O Cristo do Povo**. Op. Cit., p. 70; FÁVERO, Osmar. **Uma pedagogia da participação popular**. Op. Cit., p. 20, 21, 37-46; MEB. **MEB em cinco anos: 1961-1966**. Primeira parte. Rio de Janeiro, 1966, p. 5 e 6.

⁵⁴ MEB. **MEB em cinco anos**. Op. Cit., p. 6.

⁵⁵ FÁVERO, Osmar. **Uma pedagogia da participação popular**. Op. Cit., p. 53-82.

⁵⁶ MEB. **MEB em cinco anos**: Op. Cit., p. 11.

⁵⁷ MEB. **Movimento de Educação de Base de Pernambuco**. Recife, 1964, p. 7. Trabalho elaborado sobre a experiência de três anos do MEB.

médias”⁵⁸. O movimento previa, desta forma, uma atuação mais radical, consciente da realidade social vivida e contestadora da estrutura de classes. Para tanto, o meio escolhido era a educação básica, que visava a formar o indivíduo para que o mesmo se afirmasse enquanto tal e fosse o agente histórico de sua própria promoção.

Deste modo, a educação era vista como o meio a ser adotado para a integração social, cultural e política do indivíduo. O mesmo passaria a ter uma participação mais consciente e criativa nestes setores, reforçando ao mesmo tempo a sua autonomia e autodeterminação neste processo. A educação estaria, então, associada a um outro conceito sobre o qual se apoiava o trabalho do MEB: a conscientização. Esta seria a forma de conhecimento da realidade vivida (o meio e as relações sociais) e de valorização do sujeito. O processo educativo se daria, portanto, a partir da tomada de consciência destes componentes e de uma postura mais crítica diante deles, visando a sua transformação.⁵⁹

No que diz respeito à religião e à postura da Igreja, o MEB propunha uma interpretação distinta da evangelização: “A inspiração do MEB é, inegavelmente cristã [...]. Mas a ação educativa do MEB é distinta de uma missão evangelizadora, embora ligada a ela. [...] separa-se, na verdade, de uma missão que fosse puramente catequética.”⁶⁰ Não tinha por objetivo apenas a difusão dos valores cristãos, mas também a proposta de uma atividade pedagógica crítica. Diferentemente do SORPE e da JAC (até 1965), concebia o seu trabalho como tendo uma dimensão prioritariamente social e política:

O MEB tem um fim sócio-educativo e não puramente apostólico. [...] tendo como fim específico a ação educativa e social, a natureza do MEB exige, além de princípios gerais e doutrinários uma dimensão histórica, um contato com o real, envolvendo valores ideológicos.⁶¹

Neste sentido, desde o início, os propósitos do MEB já se distinguiam daqueles do SORPE e da JAC (em seus primeiros anos). Ambos tinham uma finalidade mais evangelizadora (catequética), embora também partissem de uma análise crítica da realidade vivida pelos trabalhadores rurais e da afirmação de sua autonomia neste processo. Previam em seu discurso a promoção humana integral e a participação em organizações de classe (cooperativas e STRs), mas o faziam seguindo uma doutrina

⁵⁸ Ibid., p. 7.

⁵⁹ MEB. **MEB em cinco anos**. Op. cit., p. 12 e 13.

⁶⁰ Ibid., p. 14.

⁶¹ Ibid., p. 14.

católica-política (a democracia cristã) e a necessidade de afirmá-la em detrimento das organizações semelhantes ou concorrentes.

Enquanto isto, no MEB, a inspiração religiosa, embora não excluísse a afirmação da Igreja nos meios periféricos, dava-se em linhas mais gerais. Constituíam-se como os princípios norteadores de uma ação educativa e não como uma doutrina cristã-católica a ser afirmada em detrimento de outras:

O trabalho do MEB é vivido conscientemente, face a um povo que se encontra diante de várias opções. Não nos cabe impor nenhuma delas, como não nos cabe forçar o povo à fé cristã vinculada à Igreja Católica, embora devamos proporcionar-lhe oportunidade de conhecimento de Fé.⁶²

Uma ênfase maior era, portanto, dada às finalidades pedagógicas do movimento e a sua contribuição para a valorização dos indivíduos enquanto atores de sua própria história.⁶³

Além disto, o MEB, embora tenha sido criado no espírito da Ação Católica Rural (a princípio anticomunista), reinante no início dos anos 1960, não assumia em suas declarações um posicionamento conciliador em relação às diferentes camadas sociais. Declarou, desde o início, a sua motivação política e opção social: “Não desconhecemos o fato que a totalidade do povo englobe diversas classes sociais e um trabalho de Igreja não pode ignorar essa universalidade. O MEB, porém, foi criado para atender a uma parcela da população, a mais desfavorecida.”⁶⁴

Fez, portanto, a escolha de um grupo prioritário e foi além disto, almejando a mudança social. Sobre a sua “missão específica”, afirmava em 1964: “O MEB querendo promover o homem em função de sua dignidade de filho de Deus é levado, na atual estrutura social brasileira, a se comprometer com uma determinada população visando assim ajudar a instauração de uma justiça social em nosso país.”⁶⁵ Assumia, então, a defesa desta camada social e pretendia promovê-la a partir de uma educação conscientizadora, visando a uma transformação e à superação da luta entre as classes: “[...] o MEB, engajado o povo nêsse trabalho de mudança social, estabelece um compromisso ‘sui generis’ (todo especial) com êsse mesmo povo.”⁶⁶ Previa, assim, não só um engajamento com esta camada social, mas uma perspectiva prática de

⁶² Ibid., p. 15.

⁶³ ALVES, Márcio Moreira. **O Cristo do Povo**. Op. Cit., p. 70 e 71.

⁶⁴ MEB. **Movimento de Educação de Base de Pernambuco**. Op. cit., p. 7.

⁶⁵ Ibid., p. 1.

⁶⁶ Ibid., p. 5 e 6.

intervenção, de “ação sobre essa realidade”⁶⁷. Para isto, partia-se do reconhecimento da existência do conflito social.

O seu posicionamento mais crítico e menos conciliador com propostas como a do SORPE e em parte da JAC ficava patente em declarações como a seguinte: “Dentre os católicos, inclusive, existem certos grupos que agem assim, impedindo o solucionamento de problemas, exigidos pela consciência cristã.”⁶⁸ A crítica era dirigida aos setores da Igreja contrários ao seu trabalho de conscientização e afirmação do papel do indivíduo na transformação social. Na mesma declaração, opunha-se ainda ao assistencialismo e ao “êrro do paternalismo”, críticas permanentemente dirigidas à ação do SORPE.⁶⁹

A ruptura com este último e com o ideal de Ação Católica se dava também em relação ao lugar da mulher na sociedade. Num estudo publicado sob o título *Promoção da mulher* (1962), partia-se da constatação de uma desigualdade de direitos entre homem e mulher e procurava-se colocá-la numa posição de igualdade. Com isto, o MEB buscava contestar a função social específica atribuída à mulher: a procriação e o desempenho das atividades domésticas, sobretudo no meio rural. Além disto, contestava inclusive a visão da Igreja: “O ministério sacerdotal conferido ao sexo masculino não é assim um privilégio.”⁷⁰ Desta forma, refutava a fundamentação desse ministério e a submissão da mulher ao domínio masculino. Concluía afirmando a necessidade ainda de um intenso trabalho de promoção dela:

Enfim, esses direitos que estão sendo conseguidos ou readquiridos não dizem ainda de uma promoção da mulher; pois a mulher não despertou ainda totalmente para sua verdadeira natureza: aquela que lhe foi atribuída por Deus, vive em função de um segunda natureza que lhe foi conferida pelos homens.⁷¹

Diante disto, afirmava a necessidade de construção de uma nova mentalidade que se adequasse à “atuação da mulher na vida moderna”⁷². Esta reflexão em muito diferia daquela feita pelo SORPE e pela JAC antes de se transformar. Nestas, a promoção da mulher no meio rural não aparecia como prioridade e a mesma continuava subordinada aos interesses masculinos, não tendo voz assegurada nas decisões coletivas, sobretudo nos STRs e nas cooperativas.

⁶⁷ Ibid., p. 8.

⁶⁸ Ibid., p. 6.

⁶⁹ Ibid., p. 6.

⁷⁰ MEB. **Promoção da mulher**. Texto redigido por Solange Costa Lima. Recife, 1962, p. 1.

⁷¹ Ibid., p. 3.

⁷² Ibid., p. 4.

O ano de 1963 também marcou uma ruptura importante do movimento em relação à reflexão política que vinha desenvolvendo. Neste momento, o MEB intensificou a aplicação dos temas da conscientização e da transformação da realidade social, já anunciados no final de 1962. Além disto, aprofundou a reformulação da sua metodologia com relação à educação de base e ao sistema radiofônico, elaborando cartilhas e livros de leitura para adultos e reforçando a necessidade de um processo de conscientização e de humanização na prática educativa: “Em decorrência, o ano de 1963 é um dos mais férteis e mais criativos de todos os dez anos, como se pode depreender dos relatórios e da análise do material produzido.”⁷³ Com base nestes novos preceitos, a sua atuação se deu, sobretudo, por meio da assessoria para a formação dos STRs.⁷⁴

Todavia, a maior radicalização do MEB se deu após o Golpe de 1964 e ao longo do ano de 1965. Neste período, o movimento deixou de lado a sua intensa reflexão pedagógica e administrativa e assumiu progressivamente uma perspectiva de afirmação da cultura popular e da sua relação direta com a participação política. Para tanto, o MEB substituiu o conceito de “educação de base” pelo de “animação popular”. Esta última compreendia, essencialmente, um contato mais direto com as bases e um maior compromisso com as classes populares. Neste momento, o movimento se considerava, portanto, uma organização de apoio aos trabalhadores rurais e a sua auto-promoção.⁷⁵

A vitória do modelo conservador na política sindical pós-1964

Nos primeiros anos da década de 1960, apesar da ruptura radical que algumas organizações católicas (MEB, JAC e ACR) representaram em relação ao modelo de sindicalização democrata-cristão do SORPE, este último constituiu o modelo de intervenção da Igreja no meio rural (sobretudo em sua Zona Canavieira) que prevaleceu sobre os demais.⁷⁶

Na documentação produzida pela organização, é perceptível a posição central que a mesma ocupava no âmbito regional. Após o golpe de 1964, a sua atuação deixou

⁷³ FÁVERO, Osmar. **MEB – Movimento de Educação de Base**: memória a 1961/1971. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas/Instituto de Estudos Avançados em Educação, 1983. Projeto desenvolvido com o apoio do CNPq, em 1982. p. 2.

⁷⁴ Ibid., p. 2-4; FÁVERO, Osmar. **Uma pedagogia da participação popular**. Op. Cit., p. 81-83.

⁷⁵ FÁVERO, Osmar. **MEB – Movimento de Educação de Base**. Op. Cit., p. 3 e 4.

⁷⁶ ALVES, Márcio Moreira. **O Cristo do Povo**. Op. Cit., p. 90; WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Capital e propriedade fundiária**: suas articulações na economia açucareira de Pernambuco. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. p. 91; LIMA, Maria do Socorro de Abreu e. **Revisitando o campo**: lutas, organização, contradições – Pernambuco 1962-1987. Tese de Doutorado em História. Recife: UFPE, 2003.

de lado a perspectiva da formação religiosa e da sindicalização rural e passou, progressivamente, a se concentrar no cooperativismo e na assessoria aos STRs e federações sindicais então existentes. Neste campo, a sua ação se concentrou na assistência ao fortalecimento das bases e lideranças sindicais e na reivindicação de melhores condições de vida e trabalho aos trabalhadores rurais da Zona Canavieira.

Neste sentido, a principal reivindicação era a aplicação das leis trabalhistas e da chamada “Lei do Sítio”.⁷⁷ O Decreto nº 57.020, de outubro de 1965, também conhecido como “Lei do Sítio”, garantia aos trabalhadores, que residiam e trabalhavam há pelo menos um ano nas terras da propriedade agrícola cultivada, o direito de plantar em dois hectares de terra.⁷⁸

Esta atuação do SORPE predominou no meio sindical até pelo menos o final da década de 1970 e início da de 1980. A partir de então, não só a FETAPE passou a ter uma atuação mais ousada e autônoma em relação à influência do modelo da sindicalização rural, como também outras organizações de Igreja (MEB, MER, ACR e SAR) passaram a se reunir na Pastoral Rural. Esta atuava principalmente no fortalecimento das oposições sindicais da Zona Canavieira.⁷⁹

FONTES

ACR e JAC

Entrevista do Padre Joseph Servat (ACR) com o autor, em 29 de junho, 17 e 18 de julho de 2010.

JAC. **Algumas idéias de como levar um grupo a pensar na sua comunidade.** s.d. Curso da JAC-PE.

_____. **Como organizar um grupo.** Recife, setembro de 1961. Curso da JAC-PE.

_____. **Como preparar uma reunião.** Recife, setembro de 1961. Curso da JAC-PE.

_____. **Como trabalhar com outras pessoas.** 1961. Curso da JAC-PE.

_____. **Curso Intensivo para líderes sindicais.** Líderes. Recife, 10 a 16 de setembro de 1961.

_____. **Curso Intensivo para líderes sindicais.** O homem e a comunidade. Recife, 10 a 16 de setembro de 1961. _____.

_____. **Curso Intensivo para líderes sindicais.** Reforma Agrária. Recife, 10 a 16 de setembro de 1961.

⁷⁷ SORPE. **Aspectos sociais dos dois hectares.** Recife, fevereiro de 1968.

⁷⁸ WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Capital e propriedade fundiária.** Op. Cit., p. 96;

⁷⁹ LIMA, Maria do Socorro de Abreu e. **Revisitando o campo.** Op. Cit.

_____. **Formação de militantes jacistas.** Tema: O que é a JAC. Expositora: Inácia Abílio de Lima. s.d. Curso da JAC-PE

_____. **Líder-conceito, tipos, identificação.** 1961. Curso da JAC-PE.

_____. **Previdência Social.** s.d. Curso da JAC-PE.

SECRETARIADO NACIONAL DA JAC. **A JAC no Brasil.** Rio de Janeiro, 1959.

_____. **Novos Caminhos para a juventude rural.** Rio de Janeiro, 1961. Programa da JAC Nacional.

_____. **Construamos um mundo rural novo.** Programa de JAC ano 64/65. Rio de Janeiro, 1964. Programa da JAC Nacional.

SECRETARIADO REGIONAL DA JAC. **Expansão missionária do movimento.** Recife, 1963.

_____. **Ação representativa do movimento.** Recife, 1963.

_____. **Engajamento.** Recife, 18 de julho de 1967.

SECRETARIADO REGIONAL DA JAC e ACR. **Meio rural nordestino.** Recife, 1966.

MEB

MEB em cinco anos: 1961-1966. Primeira parte. Rio de Janeiro, 1966.

Movimento de Educação de Base de Pernambuco. Recife, 1964. Trabalho elaborado sobre a experiência de três anos do MEB.

MEB-PE. **Promoção da mulher.** Recife, 1962. Texto redigido por Solange Costa Lima.

SORPE

Aspectos sociais dos dois hectares. Recife, fevereiro de 1968.

Curso de Formação de Militantes Jacistas. Assunto: Responsabilidade do Cristão. Expositor: Padre Paulo Crespo. s.d.

Documento emitido pela organização sobre as suas origens e seu funcionamento, sem título. Recife, 21 de setembro de 1965.

Padre Paulo Crespo e Padre Antônio Melo Costa. **Manifesto ao povo e às autoridades públicas.** Recife, 23 de julho de 1964.

Pequeno resumo do movimento sindical rural em Pernambuco. Recife, 31 de maio de 1966.

Planejamento Diretor. Recife, 1962, p. 3.

Serviço de Orientação Rural de Pernambuco. Ato Constitutivo. Aprovado em 5 de agosto de 1961.

Referências bibliográficas

ALVES, Márcio Moreira. **O Cristo do Povo.** Rio de Janeiro: Sabiá, 1968.

ARAÚJO, Maria Lia Corrêa de. "A transcrição no plano político ideológico". In: PESSOA, Dirceu (coord.). **Política fundiária no Nordeste:** caminhos e descaminhos. Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, 1990.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico.** Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

- ELIAS, Norbert. **A sociedade de corte:** investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte. Trad. Pedro Süsskind. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.
- FÁVERO, Osmar. **MEB – Movimento de Educação de Base:** memória a 1961/1971. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas/Instituto de Estudos Avançados em Educação, 1983. Projeto desenvolvido pelo autor com o apoio do CNPq, em 1982.
- FÁVERO, Osmar. **Uma pedagogia da participação popular:** análise da prática educativa do MEB – Movimento de Educação de Base (1961/1966). Campinas: Autores Associados, 2006.
- FRENCH, John. **Afogados em Leis:** a CLT e a cultura política dos trabalhadores brasileiros. Trad. Paulo Fontes. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2001.
- _____. **O ABC dos operários:** conflitos e alianças de classe em São Paulo (1900-1950). São Paulo: Hucitec, 1995.
- HILL, Christopher. **O mundo de ponta-cabeça:** idéias radicais durante a revolução de 1640. Trad. Renato Janine Ribeiro. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- HOBBSBAWM, Eric. **Bandidos.** Trad. Donaldson Magalhães Garschagen. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1976.
- _____. **Mundos do Trabalho:** novos estudos sobre história operária. 5. ed. Trad. Waldea Barcelos e Sandra Bedran. São Paulo: Paz e Terra, 2008.
- _____. **Rebeldes primitivos:** estudos de formas arcaicas de movimentos sociais nos séculos XIX e XX. 2. ed. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1978.
- _____. **Trabalhadores:** estudos sobre a história do operariado. Trad. de Marina Leão Teixeira Viriato de Medeiros. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- JACCOUD, Luciana de Barros. *Movimentos sociais e crise política em Pernambuco 1955-1968.* Recife: Fundação Joaquim Nabuco: Editora Massangana, 1990.
- LIMA Maria do Socorro de Abreu e, *Revisitando o campo:* lutas, organização, contradições – Pernambuco 1962-1987. Tese de Doutorado em História. Recife: UFPE, 2003.
- LOPES, José Sérgio Leite. **A tecelagem dos conflitos de classe na “cidade das chaminés”.** São Paulo: Marco Zero, 1988.
- _____. **Cultura e identidade operária:** aspectos da cultura da classe trabalhadora. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1987.
- MARIN, Richard. **Dom Hélder Câmara, les puissants et les pauvres:** pour une histoire de l’Église des pauvres dans le Nordeste brésilien (1955-1985). Paris: Les Éditions de l’Atelier/Les Éditions Ouvrières, 1995.
- PEREIRA, Anthony. O declínio das Ligas Camponesas e a ascensão dos sindicatos: as organizações de trabalhadores rurais em Pernambuco na Segunda República, 1955-1963. **Clio.** Revista de Pesquisa Histórica. Programa de Pós-Graduação em História/Universidade Federal de Pernambuco, Recife: Ed. Universitária da UFPE, n. 26-2, p. 245-272, 2009.
- RUDÉ, Georges. **A multidão na História:** estudos dos movimentos populares na França e Inglaterra. Trad. Waltensir Silva. Rio de Janeiro: Campus, 1991.
- SOARES, José Arlindo. **A Frente do Recife e o governo de Arraes:** nacionalismo em crise – 1955/1964. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

THOMPSON, Edward. **A formação da classe operária inglesa**. vol. 1. A árvore da liberdade. Trad. Denise Bottmann. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **Costumes em comum**. Trad. Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

WACHTEL, Nathan. **La vision des vaincus**: les indiens du Pérou devant la Conquête Espagnole (1530-1570). Paris : Gallimard, 1971. p. 22.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Capital e propriedade fundiária**: suas articulações na economia açucareira de Pernambuco. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.